

AS ORIENTAÇÕES NORTE-AMERICANAS NO PENSAMENTO EDUCACIONAL E ADMINISTRATIVO BRASILEIRO: O OCIAA, AS MISSÕES COOKE E ABBINK E A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO TÉCNICO BRASILEIRO (1941-1950)

Fernanda Lima Rabelo¹

Resumo: O objetivo desse estudo é analisar o intercâmbio de profissionais da educação, técnicos e intelectuais na construção do aparato administrativo e educacional no Brasil de 1941 a 1950. O intercâmbio entre especialistas norte-americanos ao Brasil e brasileiros aos Estados Unidos durante a década de 1940, por meio das missões mistas de desenvolvimento Cooke e Abbink e do OCIAA teve um papel importante na expansão no Brasil das noções de conhecimento técnico, educacional, administrativo e institucional de *american state-building* nas instituições educacionais e administrativas brasileiras. Mais do que simples programas técnicos, elas foram uma tentativa de se adaptar o pensamento intelectual, educacional e administrativo norte-americano ao ambiente brasileiro.

Palavras-chave: Relações Brasil-EUA – Intercâmbio técnico– Educação Profissionalizante

Abstract: The objective of this study is to analyze the technical, educational and intellectual interchange between Brazil and United States in the construction of the administrative and educational apparatus in Brazil between 1941 and 1950. The interchange between north American specialists to Brazil and Brazilians to the United States during the decade of 1940, by means of Cooke and Abbink Joint missions and the OCIAA, had an important role in the expansion in Brazil of the knowledge of *American state-building*. More than simple technical programs, they had been an attempt of adapting the intellectual, education and administrative American thought to the Brazilian environment.

Keywords: Brazil-United States affairs – Technical interchange – Professional Education

No início da década de 1940 o Brasil e os Estados Unidos estavam envolvidos em uma política conhecida como equilíbrio pragmático, onde as duas nações negociavam interesses em um período de emergência de guerra (MOURA, 1991)². Nesse período, foi criado um departamento norte-americano com o objetivo de “promover as relações de amizade entre as duas nações”, chamado *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA), dentro do contexto pan-americano de ajuda mútua.

Além do OCIAA, que foi um importante canal de intercâmbio e negociação entre as nações, foram criadas duas missões de ajuda ao desenvolvimento brasileiro, a *Joint Brazilian-United States Technical Mission*, de 1942 chamada aqui de Missão Cooke, em 1942, e a *Joint Brazil-US Technical Commission*, a Missão Abbink, em 1948.

¹ Mestre em História Social e doutoranda em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ

² Gerson Moura, especialista em relações internacionais entre os países, usa essa expressão para designar a natureza das relações entre os dois países durante a segunda guerra mundial.

O OCIAA teve um papel essencial na organização e na implementação do intercâmbio de intelectuais e técnicos entre as duas nações desde seu surgimento, em 1940. Seu programa continha projetos de desenvolvimento econômico e administrativo brasileiros que ganharam grande atenção do governo norte-americano. O intercâmbio de intelectuais, técnicos e artistas durante o período de atuação da agência foi fundamental para divulgar a organização republicana norte-americana no Brasil.

O OCIAA teve uma influência na organização de instituições públicas brasileiras, que acabou sendo incorporada pelo governo, após o fechamento do escritório norte-americano, em 1946. Como exemplo, foi criado por ele o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), que se tornou órgão do Ministério da Saúde após o fechamento do OCIAA e que manteve seus projetos ligados ao saneamento e à erradicação da malária no Nordeste (CAMPOS, 2006: 195-198). Outro exemplo da presença das missões na organização de instituições brasileiras foi a criação de cursos profissionalizantes, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, devido às demandas industriais do período de guerra. O Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI), em 1946.

O OCIAA tinha como um de seus objetivos mais importantes a organização de um programa de intercâmbio educacional nas Américas. Criado pelo Departamento de Estado norte-americano na década de 1930, o programa de atividades educacionais foi apropriado pelo órgão, que desejava empreender o ensino de língua espanhola e portuguesa na América do Norte e do inglês como prioridade nas escolas primárias e secundárias nos países latino-americanos, além de promover o ensino profissionalizante nos países do continente, principalmente relacionado ao ensino agrícola no interior, como também o intercâmbio de professores secundários, universitários, técnicos e especialistas econômicos e administrativos entre as Américas (ROWLAND, 1947: 95)³. Foram criados para este fim institutos e centros de estudo em diversos estados norte-americanos e em universidades, que recebiam professores universitários latino-americanos de cada país escolhido pelo OCIAA.

No campo educacional, foi proposto um amplo programa de desenvolvimento da educação, ligado à área de educação vocacional, educação e saúde, treinamento de professores, melhoramento da vida rural e da agricultura, e desenvolvimento escolar com o ensino de língua estrangeira. Foi criada também em setembro de 1943 a *Inter-american Educational Foundation*, uma instituição não-lucrativa que incluía ajuda universitária, de

³ O referido documento na verdade é o relatório organizado por Donald Rowland, historiador a serviço do governo norte-americano, que foi contratado para redigir o relatório oficial do OCIAA, após o término do programa, em 1946.

instituições não governamentais, além da ajuda do Estado americano para promover o “desenvolvimento educacional do país”(Op cit: 100).

É importante ressaltar que a idéia da educação brasileira para o governo norte-americano era de atraso social e, apesar dos esforços para o reconhecimento das instituições educacionais brasileiras, o governo norte-americano promoveu um intercâmbio muitas vezes no sentido de “ajudar” os países considerados menos desenvolvidos industrialmente na América, além de ensinar a eles seu modelo educativo, para além do desenvolvimento industrial brasileiro no momento de emergência de guerra.

Anísio Teixeira, educador de grande importância na década de 1930, já discutia a importância de uma reforma educacional no Brasil durante os anos 1920, cujas escolas técnicas e universidade até a década de 1930 tinham como objetivo apenas criar cursos de medicina e de direito nos padrões europeus, sem levar em consideração a realidade nacional e sem dar a devida importância às questões práticas e empíricas. Somente no governo Vargas houve uma expansão dos cursos de Filosofia e Ciências Sociais no país, que questionavam o modelo de colonização europeu. Na sua visão, comparando as instituições universitárias norte-americana e brasileira, lá, desde a independência, o país se voltou para si mesmo para construir suas instituições. No Brasil, porém, só foi possível essa organização com o fim da República Velha (TEIXEIRA: 2005: 176-177).

No caso norte-americano, John Lukacs observa que no final do século XIX houve uma democratização da educação, que se expandiu rapidamente alcançando os setores imigrantes e suas famílias. Esta democratização estava alicerçada nos princípios da democracia e da soberania do governo norte-americano. As despesas com as instituições educacionais públicas aumentaram drasticamente na década de 1920 e um *lobby* gigantesco foi criado, transformando a educação norte-americana em uma enorme indústria. A crença de que a extensão e o valor da cidadania democrática e do caráter nacional dependiam da educação era dominada pelos movimentos progressista e populista (LUKACS: 2006, 285-290). Assim, na década de 1920, a educação nacional havia se tornado parte do “credo” norte-americano e o progresso na educação se tornava o progresso da democracia, ideal que foi transportado para o Brasil na década de 1940, via OCIAA.

Ressaltamos, portanto, que o intercâmbio intelectual e técnico ocorrido na década de 1940 dos Estados Unidos para o Brasil ocorreu na tentativa de “espalhar na América” o ideal de democracia e superioridade das instituições norte-americana, e não apenas como uma troca de saberes ou como uma política assistencial sem orientações políticas.

Devido ao caráter emergencial de guerra, em 1942 foi criada a primeira missão mista Brasil-EUA de ajuda ao desenvolvimento industrial e econômico, a Missão Cooke, a *Joint Brazilian-United States Technical Mission*, que contou com a participação e a intermediação do OCIAA. Esta Missão fazia parte do programa “positivo”⁴, uma iniciativa norte-americana para estimular o desenvolvimento industrial e econômico no Brasil. Conseqüentemente, ele previa em sua agenda uma análise do quadro educacional, principalmente do ensino técnico e profissionalizante brasileiro, haja vista a precariedade do ensino e da formação educacional de grande parte da população, despreparada para acompanhar, a partir de então, o necessário desenvolvimento industrial e econômico do país, conforme observaram as duas missões.

A Missão Cooke foi chefiada por Morris L. Cooke, engenheiro norte-americano que já havia trabalhado como perito no acordo do petróleo do México e era Presidente do Comitê de Estabilização da Construção Naval do Bureau de Produção de Guerra, ligado ao Departamento de Estado. Além de Cooke, a missão teve a participação de uma equipe de onze técnicos e especialistas norte-americanos, entre eles engenheiros, economistas, administradores e agrônomos, que vieram ao Brasil para fazer um diagnóstico e apresentar propostas que propiciassem o desenvolvimento industrial brasileiro. Uma equipe de doze brasileiros, chefiada por João Alberto Lins de Barros (presidente da recém-criada Coordenação de Mobilização Econômica) e mais onze técnicos brasileiros visitaram indústrias e instituições norte-americanas durante a estadia brasileira nos Estados Unidos (COOKE: 1947: 437).

Os objetivos da missão eram:

Incrementar a produção local de produtos essenciais, anteriormente importados dos Estados Unidos; adaptar as indústrias locais ao uso de sucedâneos, substituindo os importados; aperfeiçoar os meios de transporte e fortalecer de forma duradoura a economia industrial brasileira. (COOKE, 1947: 16).

Apesar da iniciativa norte-americana com o projeto e o intercâmbio entre as nações, Moura afirma que não havia interesses norte-americanos de longo prazo na implementação desse projeto. Os interesses estavam ligados ao momento de guerra, visando principalmente diminuir as importações brasileiras.

Entretanto, o próprio OCIAA, que intermediou a vinda desses técnicos ao Brasil, via a possibilidade de implantar no Brasil programas de longa duração (“*long term programmes*”), e é possível dizer que, também no campo cultural e educacional, havia objetivos de longa

⁴ Gerson Moura analisa que havia dois programas: um positivo e outro negativo, e o negativo seria impedir o avanço do Eixo nos países latino-americanos. MOURA, G. Op. Cit., 1982.

duração. No relatório da primeira Missão, Cooke externou o desejo de que no Brasil a indústria fosse desenvolvida rapidamente, não só devido às necessidades de guerra, como também ao desejo de ver transplantados para o Brasil, os ideais norte-americanos de *state building* (COOKE, 1947: 277-285).

Em relação ao *american state building*, a análise de Stephen Skowroneck em relação a organização administrativa norte-americana que mostra que, nos Estados Unidos, a expansão administrativa ocorreu por volta da virada do século XX e foi uma resposta à industrialização. Para ele, a construção de um aparato burocrático apareceu como a melhor forma de se manter a ordem durante o período de crescimento econômico e social pós-industrialização. A experiência americana viveu um padrão geral de desenvolvimento institucional, desenvolvimento e racionalização da administração pública.

Porém, a modernização da administração nacional não fez com que o Estado se tornasse mais eficiente, mas foi construído um Estado qualitativamente diferente. A organização estatal até a era da industrialização foi marcada pela falta de separação entre Estado e sociedade, resultado da soberania popular norte-americana criada pelos fundadores da nação. Isso deu ao Estado norte-americano um senso de democracia mas também de “ausência de estado” (*statelessness*).

A partir da virada do século XX, a organização do Estado foi profundamente alterada, desenvolvendo novos instrumentos de controle institucional, negociando-os com uma democracia política bem desenvolvida. Assim, a organização do Estado norte-americano sofreu com um dilema: para institucionalizar as novas capacidades estatais, era necessário desarranjar todo um antigo sistema e a nova burocracia de Estado restabeleceria assim uma nova ordem governamental. Esse desarranjo não foi baseado num modelo europeu estatal, mas nos Estados Unidos se desenvolveu um novo tipo de organização, o que transformou a noção de *state-building* norte-americano em algo totalmente novo (SKOWRONECK: 1982: 10-11). A partir desse período, os Estados Unidos desenvolveram uma noção *state building* baseada no aparato burocrático institucional que deveria estar ligado tanto às demandas sociais quanto aos grupos detentores de poder econômico. Seu sistema começou a se pautar numa democracia eleitoral, economia privada, e uma forte centralização burocrática.

No Brasil, acredita-se que essa noção de *state building* norte-americano esteve presente nos projetos tanto do OCIAA quanto da Missão Cooke.

Apesar da relutância norte-americana em financiar projetos de longa duração, os técnicos da Missão Cooke fizeram um amplo relatório sobre as atividades industriais brasileiras, contendo sugestões de melhorias no transporte e na indústria, uma análise de um

programa de educação profissionalizante, com um enfoque particular no ensino de engenharia no Brasil, bem como de programas educativos nas áreas rurais, fortalecendo a idéia de que esses técnicos procuraram fazer análises de longo prazo para o desenvolvimento industrial e econômico do país baseados num modelo norte-americano de ensino técnico profissionalizante e rural.

O desenvolvimento do ensino agrícola no Brasil também foi parte fundamental dos projetos do OCIAA no país e da Missão Cooke. A Divisão de Agricultura foi criada a partir do estabelecimento do *Inter-american Institute of Tropical Agriculture*, em setembro de 1941 (ROWLAND, 1947: 96). Ela contou com um orçamento inicial de quinhentos mil dólares, considerado alto em relação a outras divisões (a divisão educacional contou com cem mil dólares iniciais para projetos). Além disso, o próprio coordenador, da agência, Nelson Rockefeller, participou da criação do Instituto e da posterior Divisão de Agricultura. A quantia destinada a essa divisão deveria “avançar na pesquisa educacional no campo da agricultura nas Américas”, e foi realizada em oito países da América Latina, inclusive o Brasil.

De acordo com Sônia Mendonça, que analisa em artigo os programas de educação rural implementados no Brasil, o OCIAA foi a primeira instituição norte-americana a criar uma programa de assistência técnica no sentido de “aperfeiçoar as condições de saúde, educação e agricultura na América Latina” (MENDONÇA, 2006: 1-10).

Assim, o intercâmbio de professores e técnicos ligados ao ensino rural foi uma importante ferramenta, neste período, de penetração dos padrões educacionais e institucionais norte-americanos ligados ao setor agrícola e foi um dos setores que mais teve participação do Estado norte-americano e apoio financeiro.

Em relação ao ensino profissionalizante industrial, é importante analisar como a sua criação esteve ligada aos interesses da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) que tentava, desde a década de 1920, solucionar o problema da falta de mão-de-obra especializada em São Paulo. O objetivo inicial da FIESP era contratar trabalhadores qualificados estrangeiros, mas, de acordo com Barbara Weinstein, muitos reformadores educacionais ligados ao governo Vargas apontavam a necessidade de se criar uma educação profissional em termos mais amplos (WEINSTEIN, 2000: 104-105).

Desde os anos 1930, Vargas declarara que a instrução brasileira era função do Estado e, em 1934, os Ministérios do Trabalho e da Educação criaram uma comissão para formular um “plano de formação profissional”. Essa comissão elaborou estudos sobre os problemas relativos à formação profissional para a indústria e valorizou a formação profissional aplicada

aos princípios do taylorismo e fordismo. Rodolpho Fuchs, um dos especialistas da comissão, se baseou no modelo de industrialização alemã, fundado num treinamento “racional e metódico”, cuja aplicação da educação profissional teria desdobramentos sociais e políticos, para além do desdobramento econômico.

Em 1941, Vargas criou uma comissão para desenvolver um programa de educação industrial, contando com a participação de pessoas-chaves no desenvolvimento industrial do país.⁵ Em 22 de janeiro de 1942, Vargas e os ministros da Educação e Trabalho assinaram o Decreto-Lei nº 4.048, criando o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Bárbara Weinstein afirma que a criação do SENAI, na verdade, externava uma insatisfação dos industriais com o decreto-lei de 1938, que recomendava a responsabilidade do ensino industrial para os industriais, numa demonstração do poder que o grupo tinha nas negociações do governo Vargas:

ainda que não se trate de um caso típico, a fundação do SENAI lança luz a forma que os industriais, sob o Estado Novo, podiam interferir na formulação da legislação social. Simonsen e Lodi (...) contrapunham as próprias propostas do ministro Capanema no que eram calorosamente apoiados pelo ministro de Trabalho Eduardo Falcão, e finalmente assumiram o controle da fase final do processo legislativo. (WEINSTEIN, 2000: 118)

Assim, a par de todo o esforço brasileiro na criação de um ensino profissionalizante que desenvolvesse a mão-de-obra para a indústria no Brasil, a Missão Cooke chegou em 1942 ao país e trabalhou no sentido de traçar planos e projetos para possibilitar o desenvolvimento educacional brasileiro no ensino superior e no ensino rural, áreas consideradas deficientes, sanando os problemas educacionais profissionalizantes que o governo tentava também solucionar. Dentre as sugestões da Missão, Corwin D. Edwards, economista integrante da Missão responsável pela análise educacional, apontou que seriam necessários:

treinamento de engenheiros e outros profissionais técnicos; treinamento de contra-mestres e operários especializados em escolas de aprendizagem industrial; instrução primária de empregados em estabelecimentos industriais e ensinos de higiene, agricultura elementar e artesanatos para os habitantes dos centros menos desenvolvidos do interior. (COOKE, 1947: 227)

⁵ A comissão contou com a participação de Roberto Simonsen, dono de inúmeras indústrias em São Paulo e presidente da FIESP, Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional de Indústria (CNI) e Valentim Bouças, secretário do Conselho Técnico de Economia e Finanças. Havia mais três consultores na área de educação profissional: João Luderitz, Roberto Mange e Faria Góis.

Edwards ainda afirma que se encontrava em execução um programa de aprendizagem industrial e de melhoria de instrução primária (o próprio SENAI), porém ainda estava em fase inicial e era deficiente, devido à falta de material e sua situação precária, além do número insuficiente de escolas (centradas no Estado de São Paulo). A Missão, devido à criação do programa nacional, dedicou-se assim mais no seu relatório em sugerir reformas no ensino superior de engenharia e o ensino rural.

Ao mesmo tempo em que a Missão Cooke permanecia no Brasil, o OCIAA organizava um amplo projeto educativo⁶, que compreendia trazer educadores e administradores escolares dos países latino-americanos para os EUA para participarem de conferências, além de visitar centros de estudo; estabelecer um grupo de profissionais dos EUA e de outras nações latino-americanas para desenvolver materiais educativos, traduções e adaptar materiais escolares existentes nas repúblicas; mandar técnicos norte-americanos para os países latino-americanos para “ajudar a desenvolver a educação nesses países” (ROWLAND, 1946: 100) e melhorar e expandir a educação de professores, instituições escolares e programas educativos nas Américas.

Entretanto, ao fim da guerra, a política externa norte-americana em relação ao Brasil mudou drasticamente, pois não havia mais os interesses imediatos de ajuda mútua. Apesar do governo Dutra continuar tendo expectativas de que os projetos do OCIAA e as sugestões da Missão Cooke permanecessem enquanto uma política norte-americana em relação ao Brasil, isso não ocorreu.

Gerson Moura afirma que, diferente da concepção de Vargas, na qual o alinhamento com os EUA era um instrumento da política externa brasileira, Dutra via esse alinhamento como um objetivo. Assim, sua política não previa um grande plano de apoio mútuo em combate ao comunismo, como foi o combate ao nazismo durante a Segunda Guerra. Havia interesses norte-americanos no assunto, mas o presidente Truman acabou por fazer uma extensão da política bilateral de Roosevelt apenas para permanecer com acordos de curta duração. Nesse sentido, a equidistância pragmática deixou de existir e as negociações entre as duas nações tornaram-se cada vez mais complicadas (MOURA, 1982: 214-215).

Mesmo assim, no sentido de rever os laços econômicos entre os países e demonstrar uma preocupação com os problemas econômicos brasileiros, após várias pressões do governo brasileiro para que o governo norte-americano apoiasse seu desenvolvimento industrial, em 1948 o governo Truman mandou uma Missão ao Brasil liderada por John Abbink, economista

⁶ The inter-american Educational Foundation, criada em setembro de 1943.

norte-americano, a *Joint Brazil-US Technical Comission*, ou Missão Abbink, que teve como representante o brasileiro Otávio Gouveia de Bulhões, economista chefe da Seção de Estudos Econômicos Financeiros dos governos Vargas e Dutra, contado também com a participação de técnicos e empresários de ambos os países. Essa Missão ficou mais conhecida como Missão Abbink, e tinha objetivos de fazer novamente um diagnóstico da situação econômica brasileira, na tentativa de solucionar problemas econômicos, privilegiando a estabilidade financeira, fator considerado fundamental para o desenvolvimento econômico. A Missão Abbink deveria também “*considerar medidas de encorajamento do fluxo de capital privado no Brasil*”⁷.

Entretanto, Moura afirma que essa Missão foi um retrocesso em relação à Missão Cooke, que deu sugestões para o desenvolvimento industrial brasileiro, numa política mais ligada à política da boa vizinhança. Ou seja, a economia brasileira deixou de se tornar uma prioridade nos programas norte-americanos de desenvolvimento dentro da América Latina. Por esse motivo, essa Missão não teve o mesmo peso na formação do operariado especializado no Brasil, deixando de lado as questões relativas ao desenvolvimento do ensino profissionalizante no Brasil para apenas diagnosticar a deficiência de mão-de-obra industrial no Brasil.

O intercâmbio de profissionais e técnicos para o Brasil não deixou de ocorrer, mas diminuiu, devido à situação econômica e política do pós-guerra. Além disso, a política de importações do governo Dutra fez com que ocorresse uma diminuição do interesse norte-americano na produção industrial brasileira, objetivo de preocupação constante de industriais ligados ao SENAI (WEINSTEIN, 2000: 159). É preciso, portanto, compreender dois momentos das relações internacionais neste estudo: o primeiro, em um contexto de guerra e no Estado varguista, e um segundo, na reestruturação econômica e política do pós-guerra.

Portanto, através desses programas pôde ser notado um interesse norte-americano na criação de um ensino profissionalizante de acordo com o ensino norte-americanos, ligado aos seus padrões industriais e técnicos e também aos seus interesses. Isso ainda não foi assimilado de forma clara pela historiografia brasileira, onde ainda há poucos estudos sobre essa presença norte-americana na orientação do ensino profissionalizante e nos programas educativos técnicos brasileiros na década de 1940.

⁷ Doc Love to Truman Dec 18th 1947 *apud* MOURA, G. *Op. cit.*, 1982, p. 275.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Cecília da Silva . As contradições e os limites da americanização da América Latina. In: Maria I. Barbero; Andrés M. Regalsky. (Org.). **Americanizacion: Estados Unidos y America Latina en el Siglo XX**. Buenos Aires: Eduntref, 2003, v. 1, p. 219-241.

CAMPOS, André L. Vieira de. Combatendo Nazistas e mosquitos: militares norte-americanos no Nordeste brasileiro (1941-45). In: **História e ciências da saúde: Manguinhos**. Vol. 5, no. 3, Novembro 1998/Fevereiro 1999.

COOKE, Morris L. **A Missão Cooke no Brasil. Relatório dirigido ao Presidente dos Estados Unidos da América pela Missão Técnica Americana enviada ao Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1949.

GOMES, Ângela de Castro. **Capanema: o ministro e o seu ministério**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

_____. O redescobrimento do Brasil. In: **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

LUCAKS, John. **Uma Nova República: história dos Estados Unidos no Século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MENDONÇA, Sonia. R. de . Estado e Ensino Agrícola no Brasil: Da Dimensão Escolar ao Extensionismo-Assistencialismo (1930-1950). In: **VII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural**, 2006, Quito. Anais Eletrônicos do VII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural. QUITO : ALASRU-FLACSO, 2006. p. 01-10.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. **Brazilian Foreign Relations 1939-1950. The changing nature of Brazil-United States relations during and after the Second World War**. London: University College London, 1982.

_____. **Estados Unidos e América Latina**. 2 ed, São Paulo: Contexto, 1991.

ROWLAND, Donald W. (dir). **History of the office of the Coordinator of inter-americans affairs: historical reports on war administration**. Washington: Government Printing office, 1947.

SKOWRONEK, Stephen. **Building a new american state: the expansion of national administrative capacities, 1877-1920**. New York, Cambridge University Press, 1982.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

WEISTEIN, Barbara. **(Re) Formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. São Paulo: Cortez, 2000.